



**Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão  
da Educação Brasileira**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da  
Educação Brasileira

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-476-4 DOI 10.22533/at.ed.764191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS REFLEXIVOS	
Diego Bechi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910071	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO	
Liamara Baruffi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910072	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>27</b>
A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REPRESENTAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Luiz Carlos Lückmann	
DOI 10.22533/at.ed.7641910073	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EDUCATIVA EM SANTARÉM-PARÁ	
Adriane Panduro Gama	
Tânia Suely Azevedo Brasileiro	
DOI 10.22533/at.ed.7641910074	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA	
Patrícia Aparecida da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7641910075	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
DESIGN EDUCACIONAL NA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA CURSOS ONLINE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Edilene Cândido da Silva	
Juliana Teixeira da Câmara Reis	
Raiane dos Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7641910076	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DOCENTE: ANALISANDO O PROJETO VISITANDO A BIOLOGIA DA UEPG	
Fernanda Mendes Ferreira	
Fernanda Verônica Fleck Pereira	
José Fabiano Costa Justus	
DOI 10.22533/at.ed.7641910077	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>83</b>
FORMAÇÃO DE GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Eridan Rodrigues Maia Aída Maria da Silva Marcia Betania de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7641910078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
FORMAÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO: COMPREENSÕES DOS PROFESSORES DE LIBRAS	
Graciele Alice Carvalho Adriano Ana Clarisse Alencar Barbosa Mônica Maria Baruffi Patrícia Cesário Pereira Official	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7641910079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
FORMAÇÃO EM CONTEXTO COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA DA OFERTA EDUCATIVA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	
Rosemeri Henn Marlene da Rocha Migueis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>122</b>
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CORPO, CULTURA DE MOVIMENTO E JOGOS INDÍGENAS	
Camila Ursulla Batista Carlos Glycia Melo de Oliveira Moaldecir Freire Domingos Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>132</b>
LETRAMENTO PARA O TRÂNSITO: EVENTOS E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	
Klébia Ribeiro da Costa Ana Maria de Oliveira Paz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>144</b>
NAS RUAS E NAS DELEGACIAS O MUNDO É OUTRO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DO POLICIAL CIVIL	
Elton Basílio de Souza José Geraldo Pedrosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100713</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
O IMPACTO DO PIBID NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPB	
Bruna Tavares Pimentel Heytor de Queiroz Marques Raphaella Ferreira Mendes Weverson Bezerra Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>166</b>
O PAPEL DO TRABALHO EM GRUPO NA FORMAÇÃO DA AUTONOMIA DO PENSAMENTO: UMA ABORDAGEM PIAGETIANA	
Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls Ivana Aparecida Weissbach Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>172</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGISLAÇÃO: RECORTE VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOCENTE	
Luciane Helena Mendes de Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>184</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO FAZER PEDAGÓGICO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES	
Giovanna Rodrigues Cabral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>195</b>
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Mateus De Souza Coelho Filho Evandro Luiz Ghedin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>211</b>
TRABALHO E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Jacir Mario Tedesco Filho Matilde Dias Martins Pupo Sandra Terezinha Urbanetz Simone Urnauer	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>216</b>
CEALE: SIGNIFICADOS APRESENTADOS POR DOCENTES ALFABETIZADORES	
Bernarda Elane Madureira Lopes Cristiana Fonseca de Castro Elisa Carneiro Santos de Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100720</b>	

<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>229</b>
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS	
Andréa Cristina Maggi	
Ivo de Jesus Ramos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100721</b>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>243</b>
IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE UM GRUPO DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA E O CONCEITO DE FUNÇÃO DOCENTE FORMATIVA: NARRATIVA DE MEMÓRIA	
Fernando Lucas Oliveira Figueiredo	
Santuza Amorim da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100722</b>	
<b>CAPÍTULO 23 .....</b>	<b>258</b>
VISÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR E FORMADOR ANTE A PROPOSTA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOCÊNCIA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Marta Rosa Borin	
Neida Maria Camponogara de Freitas	
Heliana de Moraes Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100723</b>	
<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>269</b>
CUIDAR E EDUCAR:UM ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO DE CUIDADORES EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	
Bianca Cristina dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100724</b>	
<b>CAPÍTULO 25 .....</b>	<b>278</b>
ME FORMANDO PROFESSORA: MAGISTÉRIO, PEDAGOGIA E O PIBID	
Pamela Fonseca Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100725</b>	
<b>CAPÍTULO 26 .....</b>	<b>284</b>
REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Malcus Cassiano Kuhn	
Michele Roos Marchesan	
Naiara Dal Molin	
Helena Miranda da Silva Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100726</b>	
<b>CAPÍTULO 27 .....</b>	<b>295</b>
O ENSINO DA MATEMÁTICA NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA ANÁLISE DO CADERNO DE APRESENTAÇÃO	
Suellen Cristina Marciano	
Daniela Paula da Silva Mariano	
Roberta Negrão de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.76419100727</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>307</b>

## CUIDAR E EDUCAR: UM ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO DE CUIDADORES EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

**Bianca Cristina dos Santos**

Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-Graduação em Educação  
Maringá – PR

**KEYWORDS:** education. Care. Host.

### 1 | INTRODUÇÃO

**RESUMO:** O presente trabalho é resultado das observações e medidas tomadas em relação à qualidade e normatização dos cuidados com as crianças em situação de acolhimento institucional em um município de médio porte do Norte do Paraná. Com o objetivo de nortear possíveis ações em relação aos mesmos problemas enfrentados por outras instituições, o texto discorre sobre uma das tentativas para melhorar o atendimento à criança acolhida: a capacitação dos cuidadores.

250 palavras – simples

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Cuidado. Acolhimento.

**ABSTRACT:** The present work is the result of observations and measures taken in relation to quality and standardization of care for children in a situation of institutional reception in a medium-sized city of northern Paraná. With the objective of guiding possible actions in relation to the same problems faced by other institutions, the text discusses one of the attempts to improve care for the child welcomed: the training of caregivers.

Cuidar de uma criança é tarefa complexa, para qual há a necessidade de preparação e orientação, pois o cuidado compreende toda a extensão da criança: seu desenvolvimento psicomotor, emocional, social, suas necessidades nutricionais, de sono, de afeto, atenção, saúde e claro, suas habilidades particulares para que seu crescimento se dê de maneira satisfatória e saudável.

Não existe um curso profissionalizante para assumir a função de pai e mãe, mas, quando a criança precisa sair da presença destes e ficar sob a guarda de outro representante legal, a função que antes estava sendo exercida pela família, agora precisa ser institucionalizada seguindo a legislação vigente, as normativas e orientações técnicas.

Para ser cuidador, assim como para ser pai e mãe, não existem muitas exigências acadêmicas, é claro que aquelas pessoas com cursos voltados para áreas como Pedagogia, Psicologia ou Enfermagem terão preferência na escolha para assumir o cargo, mas, os planos de carreira e salários não as atraem. Quem costuma ocupar tais posições, são mulheres,

com pouca escolaridade, mas, com disponibilidade amar, cuidar e educar, geralmente, tal como foram educadas.

Porém, de acordo com o diagnóstico organizacional da instituição, percebeu-se a necessidade de capacitar os funcionários atrelados ao serviço a fim de melhorar a funcionalidade e desempenho de competências e habilidades no trabalho com as crianças.

Em razão disso a aplicação de um curso para estes profissionais tornou-se necessária e fundamental, já que, ao buscar capacitar com conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para os cuidados de crianças nas várias fases do desenvolvimento infantil, o resultado não será apenas a qualificação profissional daqueles que já atuam, mas o bem estar geral das crianças que estão sendo cuidadas por estes.

## 2 | SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A criança e o conceito de infância, tal como conhecemos hoje, foi, por muito tempo, bem diferente... Durante a Idade Média, por exemplo, a vida era relativamente igual para todas as idades, aos sete anos de idade, uma pessoa, já não mais considerada criança, podia começar a aprender um ofício e trabalhar.

De acordo com Ariès (1973), antes da escolarização das crianças, estas e os adultos compartilhavam os mesmos lugares e situações, não havia divisão territorial ou de atividades em função da idade dos indivíduos.

Com a ausência de costumes higiênicos, cuidados específicos em relação à saúde, por exemplo, muitas crianças morriam ou, por conta de algumas exigências da Igreja Católica como as reformas paroquiais e, principalmente, a doutrina da moral familiar, outras tantas eram abandonadas.

De acordo com Medeiros e Martins (2018), historicamente, existiram várias instituições no Brasil que assumiram a função de cuidar e manter crianças e adolescentes que não tinham família ou não puderam permanecer, por diversos motivos, com seus responsáveis.

Segundo Marcílio (2010), as primeiras histórias sobre crianças abandonadas no Brasil estão relacionadas à Roda dos Expostos. Buscando garantir o anonimato do expositor, o batismo da criança e também evitar que estas fossem deixadas em “qualquer lugar”, a instituição da Roda foi uma medida encontrada para manter a ordem social e econômica, já que, as crianças abandonadas podiam ferir a imagem da família pois, muitas vezes, eram frutos do concubinato. Sem o cuidado dos pais biológicos, passavam a serem vistas como “filhos do Estado” e, por isso mesmo deveriam servir a ele, como mão de obra barata.

Diferente de algumas histórias romantizadas, a ideia de cuidar dos menores não teve muito a ver com amor materno, mas, preservação da vida daqueles que viriam a trabalhar para manter a ordem social, pois, qualquer perda humana seria também uma

perda para o Estado. Assim, começamos a cuidar das nossas crianças, dando-lhes instrução para o trabalho e cuidados básicos para preservar a saúde.

Durante séculos no Brasil não houve uma política social específica de atendimento às crianças abandonadas, isso quer dizer que, por muito tempo, as obras assistenciais ficaram nas mãos de entidades religiosas.

Em relação aos avanços na organização dos abrigos e instituições de acolhimento no Brasil, vale lembrar das Casas dos Muchachos, considerada a primeira medida de afastamento da criança de seu convívio social e familiar, criada pelos jesuítas com o principal objetivo de recolher órfãos e crianças indígenas para educá-los dentro dos preceitos da Igreja Católica.

Instalada em 1543, na cidade de São Paulo, a Santa Casa de Misericórdia, adotando o sistema da Roda dos Expostos, foi organizada como alternativa de atendimento à infância no Brasil.

Em 1775, de acordo com Couto e Melo (1998), foi instaurada a ideia dos Juízes de Órfãos, que seriam os responsáveis pelos encaminhamentos e atendimento das crianças pobres, fossem elas filhas de carentes, órfãos ou abandonadas.

Em 1927, segundo os mesmos autores, o Código Mello Matos foi o primeiro Código de Menores no Brasil e na América Latina, estabelecendo o dever do Estado em implantar políticas de atendimento aos menores, direcionando-se aos marginalizados. De acordo com Passeti (2002), aqueles que não se adequassem aos padrões estabelecidos, eram taxados de vadios e considerados desajustados da ordem vigente, sendo então, alvos do poder judiciário.

Criado em 1941, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), segundo Earp (1998), foi uma das tentativas de estabelecer uma política de instituições oficiais, passando a receber um grande número de crianças e adolescentes das classes populares, e a razão pelo aumento da demanda nessa época não foi outra senão a opção pela internação pelo risco de virem a cometer atos infracionais.

Com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, ficou então determinado que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Outros documentos também foram importantes para as determinações quanto ao cuidado da criança em situação de acolhimento institucional, como a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente em 1989; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social em 1993; a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em 1996; o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual e o Plano nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em 2000.

De acordo com o ECA, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais à pessoa sem prejuízo da proteção integral. No geral, o Estatuto também elenca em seus capítulos, cinco direitos fundamentais, como o direito à vida e à saúde, nos artigos de nº 7 à 14; o direito à liberdade, respeito e dignidade, nos artigos de nº 15 à 18; o direito à convivência familiar e comunitária, nos artigos de nº 19 à 52; o direito à educação, cultura, esporte e lazer, nos artigos de nº 53 à 59 e o direito à profissionalização e proteção no trabalho, nos artigos de nº 60 à 69.

Vale elencar algumas das principais diferenças entre as abordagens no Código de Menores e o ECA, dentre elas:

<b>CÓDIGO DE MENORES</b>	<b>ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>
Situação irregular	Proteção integral
Filantrópico	Política Pública
Assistencialista	Direito Subjetivo
Judiciário	Município
Centralizador	Participativo
Estatal	Cogestão sociedade civil
Piramidal hierárquica	Rede
Monocrática	Democrática
Menor	Criança/ adolescente
Objeto da Lei	Sujeito de direitos
Estado	Família, sociedade e Estado
Adulto	Pessoa em desenvolvimento
Crime	Ato infracional
Defesa da sociedade	Defesa e proteção do sujeito

A partir dos estudos realizados, pode-se afirmar que mudanças positivas aconteceram no país no que diz respeito ao cuidado e acolhimento institucional. Com abordagens cada vez mais humanizadas, cresce o respeito à criança como pessoa de direitos, com crenças e sentimentos que precisam ser levados em consideração.

Quando uma criança chega a uma instituição de acolhimento, entende-se que ela já passou por algumas situações que a privaram da convivência com sua família de origem, tal medida só costuma ser tomada em último caso, por isso, pode-se dizer que os cuidadores institucionais receberão uma criança já fragilizada por outras tantas situações.

### **3 | SOBRE O CUIDADOR INFANTIL**

É importante pensar também que a formação social de um indivíduo parte de fragmentos da formação de outros que estão presentes em seu convívio. Enquanto, por meio de um processo de trocas de experiências, um contribui para o desenvolvimento do outro, fazendo, dessa maneira, com que se consolide o processo de construção de

cada membro da sociedade e a consolidação das características sociais dos grupos.

Desta maneira, pode-se dizer que somos parte da nossa comunidade social, econômica e cultural ao passo que convivemos, trocamos experiências, gostos e costumes... Logo, tal como a ideia de Bourdieu (2014), o indivíduo que pertence às classes favorecidas, recebe orientações em seu meio familiar e social sobre como agir, falar, se portar e, por intermédio da convivência, adquire os *habitus* socialmente valorizados. Em sua teoria, Bourdieu leva em consideração o fato de que cada indivíduo é submetido a um processo diferente de construção das relações de aprendizagem, que influencia em sua percepção do mundo e na maneira de agir, formando-o, assim, como ser social.

Neste processo, a convivência com a família, por exemplo, é extremamente importante. Para Dessen e Polônia (2007), a família, um dos primeiros ambientes de socialização, atuando como mediadora entre o homem e a cultura, “[...] é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (DESSEN; POLÔNIA, 2007, p. 23). Com isso, vale refletir sobre o que as crianças em situação de acolhimento estão aprendendo? Com que tipo de pessoas, grupos sociais, econômicos e culturais estão convivendo e como isso interfere na construção de seus gostos, crenças, costumes e comportamento?

Uma criança que presenciou o uso de drogas ou álcool em casa, que viu os pais brigarem por isso, gritando, ofendendo verbalmente ou, até mesmo, fisicamente um ao outro, pode acabar entendendo que, um ambiente com gritos e ofensas é naturalmente aceitável e, ao chegar à instituição de acolhimento, pode estranhar que as pessoas não façam isso, mas, mesmo assim, continua fazendo por que é essa a referência que tem de uma casa.

Infelizmente, não existe nenhuma fórmula mágica que fará com que ela entenda que precisa mudar sua maneira de conviver socialmente, isso, na verdade, tende a acontecer lentamente, a cada conversa sincera, cada demonstração de carinho, cada punição com sentido e cada exemplo que ela receberá.

Qualificar a pessoa que irá lidar com esta criança é essencial, tanto para seu comportamento na instituição quanto para a vida, pois, lá ela pode ficar apenas alguns dias ou, até anos... E, tal época não pode ser perdida ou esquecida, mas, deve ser acompanhada tal como acontece com outras crianças em suas famílias de origem.

Por isso, buscando capacitar os profissionais que atuam no acolhimento institucional nas mais diferentes áreas que abrangem os cuidados infantis, dando condições de melhoria no desenvolvimento de suas atividades diárias, foi organizado o 1º Curso de Capacitação de Cuidador Infantil com Enfoque em Instituição de Acolhimento.

## 4 | SOBRE A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

O curso foi proposto pela equipe técnica da instituição: Assistente Social, Psicóloga e Coordenador e, para a organização curricular, uma pedagoga convidada.

Pensando em proporcionar aos cuidadores os conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil nas mais diversas especialidades, se fez necessário abordar conteúdos referentes à manutenção das condições de higiene; primeiros socorros e prevenção de acidentes; práticas de atividades lúdicas; o papel social e as funções do cuidador institucional; conhecimentos sobre a legislação vigente a respeito das Instituições de Acolhimento e os direitos e deveres trabalhistas da classe. Para isso, os conteúdos foram organizados por módulos, tal como a seguir:

### 4.1 Módulo 1 – O cuidador Infantil

- Descrição do ato de cuidar / cuidador infantil em serviços de acolhimento;
- Papel do cuidador infantil na mediação do desenvolvimento infantil de 0 a 12 anos;
- A postura ética do cuidador infantil;
- Apresentação pessoal e comportamental no trabalho;
- O cuidador como agente de transformação no processo de acolhimento;
- O controle do tempo entre atividades lúdicas e atividades eletrônicas “virtuais”.

### 4.2 Módulo 2 – O Universo Infantil

- Fases de desenvolvimento infantil: desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e psicossocial e estímulos adequados a cada idade;
- O primeiro ano da criança: características do recém-nascido, alimentação apropriada, cuidados com a dentição, necessidades fisiológicas do bebê, sono e repouso, o processo de caminhar e dicas de segurança no cuidado com o bebê e dicas de estímulos para o desenvolvimento para o bebê;
- Da primeira infância à idade pré-escolar: desenvolvimento da fala, controle dos esfíncteres e a retirada da fralda (idade recomendada) e sexualidade infantil;
- A importância do Lúdico para o desenvolvimento da criança.

### 4.3 Módulo 3 – A saúde da criança

- Alimentação saudável: os problemas da obesidade e desnutrição infantil;
- Prevenção de acidentes na infância;
- Saúde da criança com deficiência;

- Higiene do Bebê, passo a passo do banho, troca de fraldas e prevenção de assaduras, o curativo do coto umbilical, cortando a unha do Bebê;
- Cuidados com o ambiente, ordem, regras de limpeza nos espaços (priorizando higienização dos lavabos e banheiros na rotina diária);
- Administrando medicação conforme a prescrição médica medicação oral e inalação;
- Verificando a temperatura do bebe e da criança;
- Lavagens das mãos em quais momentos;
- Cuidados diários dos utensílios do bebe e das crianças;
- Promoção da saúde e prevenção de doenças;
- Emergências em domicílio e noções de primeiros socorros (febre, diarreia e vômito desidratação, doenças respiratórias);
- Maus tratos e violência doméstica (aspectos físicos e psicológicos).

#### 4.4 Módulo 4 – Legislação

- Estatuto da criança e do adolescente;
- Legislação trabalhista para o cuidador infantil;
- Normas de funcionamento dos abrigos institucionais;
- Projetos em andamento no Lar Sagrada Família;
- Regimento interno;
- Estatuto da Instituição;

## 5 | SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CURSO

Sabendo que tantos assuntos não poderiam ser abordados com eficácia por apenas um profissional, especialistas de diversas áreas foram convidados e se disponibilizaram voluntariamente tanto para ministrar aulas, quanto para preparar um texto didático para a confecção de apostilas. Dentre eles, a Juíza e o Promotor de Justiça da Vara de Família, Infância e Juventude, os Conselheiros Tutelares da cidade, Pedagoga, Psicóloga, Nutricionista, Enfermeira e Educador Físico.

Inicialmente, a proposta era que o curso fosse ofertado apenas para os cuidadores, mas, percebendo a procura por cursos desta área na comunidade, foram convidados os estudantes dos cursos de Magistério, Pedagogia, Letras, Psicologia e Assistência Social.

Com uma carga horária de 30h, as aulas aconteceram aos sábados, das 13h às 19h. O módulo 1, no primeiro sábado, ficou à cargo da Pedagoga; o módulo 2, no segundo sábado ficou à cargo da Psicóloga e Educador Físico; o módulo 3, no terceiro sábado, com a Nutricionista e Enfermeira, já o módulo 4, oferecido no último dia, com

a Juíza, Promotor e Conselheiros Tutelares.

Considerando o fato de que os diferentes métodos pedagógicos e as práticas de ensino colaboram dentro do processo educacional, transformando a condição do sujeito e propondo situações de ensino e aprendizagem que sejam mais eficazes nos alcances dos objetivos específicos, definindo assim, as experiências que o cuidador precisa para aprender e imprimir sentido à sua formação, exercitando habilidades e capacidades em sua função, sugeriu-se que a metodologia de ensino perpassasse por técnicas educacionais que promovessem discussões científicas acerca do conteúdo proposto, o qual fundamentaria o conhecimento a ser adquirido, tais como: aula expositiva dialogada; estudo de caso e soluções de problemas; círculos de estudo e dinâmicas em grupo, buscando assimilar o cotidiano dos cuidadores.

## 6 | SOBRE A AVALIAÇÃO

A avaliação é parte do processo de ensino e aprendizagem e não poderia deixar de estar presente no curso, por isso, a mesma aconteceu de forma contínua, cumulativa e evolutiva em direção aos objetivos propostos em consonância com a LDB nº 9.9394/96 e enfocando os critérios de avaliação norteados pela portaria nº 120/2009, ocorrendo por meio de observação sistemática dos educandos nos aspectos cognitivo e afetivo; observação do processo de formação como pontualidade, responsabilidade, interesse, organização, relacionamento pessoal e participação nas aulas, além das análises das produções individuais e coletivas.

Por se tratar de um curso com certificação, se fez necessário o controle normativo das notas e presenças. Em relação às notas, as mesmas foram lançadas de 0 (zero) a 10 (dez), sendo o aproveitamento mínimo de 6. Em relação às presenças, de acordo com a Resolução CD/FNDE nº 4 de março de 2012, os educandos precisariam obter 75% de frequência mínima.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de dar educação às crianças passa a ser construída por meio dos posicionamentos de moralistas, educadores e, principalmente, com a organização da família nuclear.

Ensinar a não roubar, não responder com rispidez, respeitar os mais velhos... Ensinamos isso para conviver bem socialmente, para dar princípios e formar caráter. O que aconteceria se não ensinássemos isso? Porém, o que vale considerar é: ensinar tais comportamentos tem relação com o ato de cuidar?

Pode-se chegar a uma discussão sobre as possíveis diferenças entre as duas propostas, pensando nas creches e nas escolas. Vale lembrar que por muito tempo, a coordenação das creches ficou sob as políticas de serviço social. Dar banho, alimento, tempo para dormir e brincar enquanto os pais trabalhavam... Já nas escolas, a rotina

muda em relação à utilização do tempo, pois ensinar a ler, escrever e contar demanda mais atenção, organização de espaço, de série e separação por desenvolvimento de capacidades. Mas, por que dividir, drasticamente, os objetivos de duas instituições tão importantes para o crescimento e amadurecimento?

Um cuidador pode, e deve educar, mesmo que o ato de cuidar esteja, muitas vezes, dissociado ao de educar. Trocar uma fralda é um ato de cuidado, mas, enquanto troca-se uma criança, o cuidador pode conversar com ela, explicar o que está fazendo, falar da importância de trocar uma fralda suja por outra limpa ou, simplesmente, puxar qualquer outro assunto, olhar em seus olhos, fazer diferentes expressões faciais...

Alguns meses após a realização do curso, pode-se afirmar que a proposta atendeu às necessidades elencadas. Os cuidadores passaram a observar e compreender melhor as ações das crianças, com base nos conhecimentos adquiridos sobre as fases do desenvolvimento infantil, passaram a brincar e conversar mais, a convivência melhorou, trazendo mais confiança para todos. Com isso, pode-se dizer que um cuidador deve ser, também, um educador e, por isso mesmo, deve educar-se sempre!

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara: 1973.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF.

COUTO, I. A. P.; MELO, V. G. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. de L. S.; NORONHA, P. A. **Infância tutelada e educação**: história, política e legislação. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 20-38.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C.. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

MEDEIROS, B. C. D.; MARTINS, J. B. **O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento**: Um estudo teórico. *Psicol. Cienc. Prof.* v. 38, n. 1, Brasília, Jan./ Mar. 2018.

EARP, M. de L. S.; NORONHA, P. A. **Infância tutelada e educação**: história, política e legislação. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. p. 20-38.

MARCÍLIO, M. L. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: VENANCIO, R. P. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças de Portugal ao Brasil**: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda/PUCMinas, 2010, p. 13-37.

PASSETTI, E. Heteropias anarquistas. **Verve**, São Paulo, p. 141-173, 2002.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-476-4

